

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

O medo que os conservadores têm de ruptura na nossa economia - por Zé Dirceu

23/01/2011

Menos de uma semana após o Banco Central aumentar a taxa Selic, voltaram à cena – ou continuam – as velhas políticas ortodoxas sobre inflação, poupança e investimentos, juros e gastos públicos, cantadas em verso e prosa por nossa mídia. Basta ver artigos, editoriais e matérias em O Globo e no O Estado de São Paulo no fim de semana.

Seus arautos querem mais juros, uma meta de inflação menor e mais investimentos e poupança. Tudo isso num cenário de crise internacional e de guerra cambial e comercial, com os Estados Unidos e a Europa ainda em marcha lenta na recuperação de suas economias e a China a nos pressionar com uma avalanche de investimentos e produtos subsidiados, quando não protegidos por operações de dumping.

Nesse cenário pregar que nossa economia deve crescer menos e criar menos vagas formais, para evitar o pleno emprego, como defendem José Roberto Mendonça de Barros – um dos expoentes do tucanato – em artigos que publica frequentemente na Folha e no Estadão (neste, um artigo ontem), e outros economistas, equivale a não realizar as reformas e mudanças conceituais que precisamos para encarar os novos tempos da economia mundial.

Contradição, incoerência e desastre

O que precisamos, de fato, é fazer a reforma tributária. E aprofundar as melhorias na gestão pública, priorizar a educação e a inovação, aprofundar a agenda tecnológica e da política industrial, dar continuidade aos investimentos do PAC e as concessões, agora de aeroportos.

Não podemos, ao mesmo tempo, tomar medidas para combater a valorização do câmbio e aumentar os juros, já que elas se anulam. Da mesma maneira nunca devíamos cortar gastos públicos e elevar a taxa Selic (de juros básicos, desde a semana passada elevada para 11,25%), já que esta alta amplia as despesas com o serviço da dívida interna, o que anula o esforço fiscal do corte de gastos.

Assim, o corte será mesmo insuficiente se restrito à área do custeio administrativo, e a situação passa a exigir o impossível do ponto de vista político e social: o corte nos gastos sociais e o congelamento dos salários e benefícios da previdência social, quando não do salário mínimo.